



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

062

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0158182-6

COMARCA : Belém do São Francisco – Vara Única
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADAS : Maria de Lourdes Barbosa dos Santos e
Claudiene Nogueira da Silva
PROCURADORA : Dra. Yélena de Fátima Monteiro de Araújo
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PROCESSO PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. APELO DO PARQUET DE 1º GRAU. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. MODIFICAÇÃO DO REGIME PRISIONAL ABERTO E SEMI-ABERTO PARA O INICIALMENTE FECHADO. POSSIBILIDADE. APELO PROVIDO.

I – A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito encontra óbice no § 4º do art. 33, da Lei nº 11.343/06, e, ainda, no art. 44, inciso III, do Código Penal, visto que as circunstâncias do crime indicam que a substituição mostra-se insuficiente à reprovação do delito praticado pelas rés.

II – As apeladas foram condenada pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes (art. 12, caput, da Lei 6.368/76), crime considerado hediondo, face à norma do art. 2º, da Lei nº 8.072/90, o que inviabilizava o cumprimento da pena no regime aberto e semi-aberto, tendo em vista que a Lei de Crimes Hediondos, com a alteração dada pela Lei 11.464, de 28.03.2007, determinou que a pena por crime hediondo seja cumprida em regime inicialmente fechado.

III – Apelação provida. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal


063

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0158182-6**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **dar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 10 de dezembro de 2009.


Presidente


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

064

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0158182-6

COMARCA : Belém do São Francisco – Vara Única
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADAS : Maria de Lourdes Barbosa dos Santos e
Claudiene Nogueira da Silva
PROCURADORA : Dra. Yélena de Fátima Monteiro de Araújo
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

Maria de Lourdes Barbosa dos Santos e Claudiene Nogueira da Silva foram denunciadas (fls. 02/05) como incursoas nas penas dos arts. 12, *caput*¹ e 14², ambos da Lei 6.368/76, acusadas de transportar, no interior de um ônibus vindo de Petrolina com destino a Caruaru, aproximadamente 19 kg (dezenove quilogramas) da substância entorpecente denominada *Cannabis Sativa* Lineu, vulgarmente conhecida por “maconha”, pronta para consumo, sem autorização e em desacordo com a determinação legal, fato este ocorrido em 22 de maio de 2005, por volta das 19:00 horas.

Concluída a instrução criminal, o juiz sentenciante, julgando parcialmente procedente a denúncia, condenou as recorridas nas penas do art. 12, da Lei 6.368/76, absolvendo-as com relação ao tipo penal do art. 14, da antiga Lei de Tóxicos. Maria de Lourdes Barros dos Santos foi condenada à pena definitiva de 05 (cinco) anos de reclusão, a ser cumprida no regime semi-aberto, e 120 (cento e vinte) dias-multa,

¹ Art. 12 – Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

Pena – Reclusão, de 3 (três) a 15(quinze) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

² Art. 14 – Associarem-se 2 (duas) ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos Arts. 12 ou 13 desta Lei;

Pena – Reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

065

enquanto que a co-ré Claudiene Nogueira da Silva foi condenada à sanção de 4 (quatro) anos de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, substituída por restritivas de direito, e 100 (cem) dias-multa, nos termos da sentença de fls. 271/281.

Inconformado, o Representante do Ministério Público recorreu (fls. 300), oferecendo suas razões recursais às fls. 303/313, insurgindo-se contra o regime inicial de cumprimento das penas privativas de liberdade impostas às acusadas, e contra a conversão da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, pugnando pela reforma da sentença para que seja afastada a conversão e para que o regime de cumprimento das reprimendas seja o inicialmente fechado.

As Apeladas ofereceram contra-razões de apelação às fls. 319/321, rechaçando os argumentos trazidos pela Promotoria de Justiça, pugnando pelo improvimento do apelo.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr^a. Yélena de Fátima Monteiro de Araújo, ofereceu parecer opinando pelo total provimento do recurso de apelação (fls. 354/355).

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 19 de dezembro de 2008.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



066
16

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0158182-6

COMARCA : Belém do São Francisco – Vara Única
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADAS : Maria de Lourdes Barbosa dos Santos e
Claudiene Nogueira da Silva
PROCURADORA : Dra. Yélena de Fátima Monteiro de Araújo
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO

Insurge-se, o ilustre Representante do Ministério Público de 1ª Instância, contra o regime fixado para o cumprimento da pena privativa de liberdade, bem como contra a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito.

Razão assiste ao representante do Ministério Público de 1º grau.

Cuido equivocado os regimes de cumprimento de pena fixados pelo juiz sentenciante, em aberto e semi-aberto.

Por se tratar de prática de crime hediondo, e levando-se em consideração o fato de a sentença haver sido prolatada após a edição da Lei 11.464, de 28 de março de 2007, o regime para cumprimento da pena deve ser o inicialmente fechado.

No que pertine à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, muito embora o Superior Tribunal de Justiça tenha flexibilizado tal vedação no trato dos crimes de tráfico de entorpecentes cometidos sob a égide da Lei 6.368/76, mostra-se inviável tal conversão relativamente aos delitos de tráfico de entorpecente, visto que tal procedimento equipara o crime de tráfico de entorpecente (rotulado de hediondo) aos crimes comuns, o que afronta o disposto na Lei nº 8.072/90.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



Ademais, tal conversão não atende ao preceituado no art. 44, inciso III do CPB, em se tratando de crime de tráfico ilícito de entorpecente, visto que se mostra inadequada e insuficiente à prevenção da aludida prática criminosa.

Isto posto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **dou provimento** ao recurso interposto pelo *Parquet* de 1º grau para determinar que as penas impostas às acusadas **Maria de Lourdes Barbosa dos Santos e Claudiene Nogueira da Silva** sejam cumpridas no regime inicialmente fechado, vedada a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

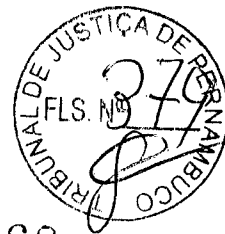
Oficie-se ao Juízo das Execuções Penais competente para que dê cumprimento à presente decisão.

Recife, 10 de dezembro de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



068

**PROCESSO Nº:
COMARCA:
VARA:
APELANTE:
APELADOS:**

**0158182-6
BELÉM DO SÃO FRANCISCO
VARA ÚNICA
MINISTÉRIO PÚBLICO
MARIA DE LOURDES BARBOSA DOS SANTOS
CLAUDIENE NOGUEIRA DA SILVA**

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, votando pelo provimento ao apelo, a fim de que as penas das acusadas sejam cumpridas em regime inicialmente fechado, vendando a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

É como voto.

10/12/2009

Cláudio
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor**